Sumário

Prefácio .................................................................................................................. 5
Apresentação.............................................................................................................. 7
Sobre os Organizadores .......................................................................................... 9
Sobre os Autores .................................................................................................... 9
Introdução ................................................................................................................... 17

1 - O dumping ao longo da História e seus efeitos para o comércio
   Felipe Hees ............................................................................................................ 25

2 - O antidumping em ambiente de expansão do comércio mundial
   Fabio Martins Faria .................................................................................................. 55

3 - As negociações antidumping na Rodada Doha
   Felipe Hees ............................................................................................................ 77

4 - Subsídios e medidas compensatórias no sistema multilateral de comércio
   Ana Carolina Meneghetti Peres ........................................................................... 125

5 - Algumas diferenças entre os Acordos Antidumping e de Subsídios e Medidas Compensatórias
   Luciana Fonseca Damasceno Vieira .................................................................... 161

6 - Salvaguardas no sistema multilateral de comércio
   Ana Carolina Meneghetti Peres ........................................................................... 171

7 - Confidencialidade e o processo antidumping
   Daniella Virginia Gomes ....................................................................................... 201

8 - O conceito de “partes afiliadas” na definição das condições comerciais normais: aspectos técnicos e as negociações na Rodada Doha
   Felipe Hees ............................................................................................................ 213

9 - Investigação in loco na indústria doméstica
   Cláudia Ferraz dos Santos Silveira ........................................................................ 235

10 - Hechos esenciais – tratamento em la República Argentina
    Maria Valeria Raiteri ............................................................................................ 261

11 - A participação do importador brasileiro na investigação de prática de dumping
    Flávia Annibelli Baron ......................................................................................... 267

15
Introdução

Em 2010, o Departamento de Comércio Exterior do Brasil (DECOM) conduziu uma pesquisa sobre o uso de medidas de defesa comercial (antidumping, medidas de revisão, de circunvenção, de subsídios e salvaguardas) ao longo desse período, foram conduzidas investigações antidumping e medidas de revisão. Desses, dezessete foram abertas e, nestas, foram aplicados quatro direitos – sete antidumping e sete de revisão. Além dos números absolutos – que apresentam um aumento paulatino do volume de investigações –, é importante verificar que, em 1995, foram abertas apenas duas investigações antidumping e aplicadas apenas três medidas de revisão relativas aos 15 anos do DECOM.

Analisando-se a história da defesa comercial no Brasil, a criação do DECOM constitui um marco importante, entretanto, a incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro do Artigo VI do Acordo Antidumping da Rodada Tóquio – justamente no meio do Decreto n. 93.941 do ano anterior à criação do DECOM –, que foi assinado pelo Governo brasileiro durante os Acordos plurilaterais resultantes de 1994, partindo de 1995 que o Brasil passou a participar exclusivamente dedicada aos temas de defesa comercial.

Até esse momento, dois eram os mecanismos de defesa comercial no Brasil além do antidumping: a de proteção de valor mínimo; e b) o preço de referência, a partir de 1995 que de acordo com o Decreto n. 3.244/1957 e permitia às autarquias permitir à entrada de mercadorias no Brasil além do antidumping, a dificultar a exportação brasileira para seus mercados, autorizava a exportação, de forma a frustrar os objetivos de circunvenção, a alíquota poderá ser elevada a...